



04 de julho de 2022

ATIVIDADES REALIZADAS PELO SINDILEX

Data-base 2022



Em Assembleia Ordinária realizada em 14 de fevereiro, a categoria aprovou a pauta de reivindicações da Data-base 2022.

Durante os meses de fevereiro a abril, o Sindilex realizou várias tratativas com as administrações da Câmara Municipal e do TCM visando à aprovação dos itens da pauta da Data Base.

A Assembleia da categoria do dia 09 de maio retiratificou a pauta de reivindicações, considerando as propostas apresentadas pelas Administrações.

A pauta de reivindicações da Data Base do Sindilex pode ser vista em:

[Acesse as pautas de reivindicações do Sindilex](#)

Tribunal de Contas: Campanha Salarial 2022

Após articulação do Sindilex, o vereador Gilson Barreto, presidente da Comissão de Administração Pública, nomeou o vereador Arselino Tatto relator do Projeto de Lei 325/22 (reajuste do TCM).

O PL foi para a pauta (item 8) da Comissão com parecer favorável à aprovação do relator vereador Tatto.

Histórico

Contudo, durante a reunião da mencionada Comissão, o vereador Fernando Holiday pediu vistas do projeto pelo prazo de duas sessões. Como a Câmara entrou em recesso a partir de 1º de julho, retomaremos nossas mobilizações em agosto.

- **11% a partir de 1º de março de 2022;**
- **4,38% a partir de 1º de março de 2023;**
- **4,38% a partir de 1º de março de 2024.**

Obs: A metodologia de cálculo utilizada foi a de capitalização composta.

Além disso, os servidores do TCM promoveram mobilizações, atendendo às convocações do Sindilex, com presenças na Câmara Municipal e no início da sessão plenária do TCM. Essas atividades visaram demonstrar preocupação com a reposição da inflação e com a necessária paridade de trâmite com o projeto de reajuste dos servidores da Câmara Municipal.

No dia 08/06/2022, o projeto de lei do reajuste dos servidores do TCM (PL 325/2022) foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Legislação Participativa (CCJ).

No dia 15/06/2022, o PL 325/2022 deu entrada na Comissão de Administração Pública.

O Sindilex, em conjunto com as entidades Astcom e Audtcm, promoveu reuniões com os conselheiros do TCM, visando demonstrar preocupação com a questão da aprovação dos projetos de lei (**PLs**) **325/2022**, **118/2019** e **293/2019**, conforme a seguir:

20/junho

Conselheiro Roberto Braguim.

21/junho

Conselheiro Eduardo Tuma.

30/junho

Conselheiro Maurício Faria.



Câmara Municipal: Teletrabalho e Concurso

Dos itens da pauta de reivindicações de 2022 relativos aos servidores da CMSP, já foram conquistados o reajuste, através da Lei 17.816/2022 (PL 319/22), assim como as atualizações dos auxílios alimentação, refeição e saúde.

Por isso o Sindilex está trabalhando outros itens da pauta de demanda como teletrabalho e concurso dessa Casa Legislativa.

No caso do teletrabalho, o Sindilex formou Comissão composta por membros da diretoria, presidida pelo vice-presidente Miguel Lima. Tal Comissão acompanhará a implementação do teletrabalho definitivo e apresentará propostas de aperfeiçoamento do Ato nº 1.495/20, que dispõe sobre a matéria.

Quanto ao concurso, o Sindilex tem promovido reuniões com gestores da Câmara no sentido defender a sua importância, considerando as aposentadorias e outras vacâncias.

VISITAS AOS SETORES TCM/SP E CÂMARA/SP

Tribunal de Contas

28 e 29/junho

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, esteve presente no Tribunal de Contas em vários setores da administração e dialogou com os servidores sobre as reivindicações da data-base/2022.

Os plantões no TCM costumam ser realizados às quartas-feiras, pela manhã.

Gabinetes de vereadores

Para tratar das pautas de reivindicações, o Sindilex tem promovido reuniões e visitas aos gabinetes de vereadores.

24/junho

Reunião com assessoria do vereador **Arselino Tatto**.

28/junho

Reunião com vereador **Gilson Barreto**.

29/junho

Reunião com a assessoria do vereador **Milton Ferreira**.

LEGISLATIVOS PELO BRASIL

BOLETIM LEGISLATIVO PAULISTANO



Câmara aprova lei de diretrizes orçamentárias (LDO) que orientará a lei orçamentária anual de 2023

Em Sessão Plenária de 29/06, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou, em segunda e definitiva votação, o projeto substitutivo da Comissão de Finanças e Orçamento (Projeto de Lei 277/2022), que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O projeto, inicialmente protocolado pelo Executivo Municipal em abril deste ano, apresentou cálculo das despesas e da arrecadação municipal para o ano que vem, estimando um Orçamento para 2023 de R\$ 90,1 bilhões.

A matéria, que agora segue à sanção do Prefeito, acatou 80 emendas apresentadas pelo Legislativo e foi aprovada simbolicamente, ou seja, sem votação nominal, apresentando apenas os votos das bancadas.

A bancada do PT registrou voto contrário. De acordo com o vereador Antônio Donato (PT), levando em consideração a previsão orçamentária de R\$ 90,1 bilhões, montante somado ao superávit atual no caixa do governo, a Prefeitura poderá contar com mais de R\$ 100 bilhões para 2023. Segundo Donato, o governo dispõe de recursos, porém não sinaliza investimentos prioritários.

A bancada do PSOL também se manifestou contra o projeto da LDO. A vereadora Sílvia da Bancada Feminista (PSOL) justificou a posição do partido alegando que a administração municipal tem dinheiro para investir na cidade, mas não tem empenhado recursos em melhorias.

[Acesse a matéria completa](#)



TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL

CONTAS DA PMSP DE 2021



TCM-SP emite parecer favorável para as contas da prefeitura

No dia 29 de junho, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP) promoveu o julgamento das contas da Prefeitura do Município São Paulo relativas ao exercício de 2021.

Por unanimidade, o Colegiado do TCM-SP emitiu Parecer Prévio favorável à aprovação das Contas da Prefeitura da capital paulista. A aprovação definitiva será realizada pela Câmara Municipal.

Na introdução do seu voto sobre o exame do Balanço, a relatora substituta Daniela Cordeiro de Farias destacou que:

“as contas do Executivo, em sua essência, trazem o retrato da situação fiscal do Município e revelam o cumprimento do orçamento, dos planos de governo e dos programas governamentais, os níveis de endividamento e o atendimento aos limites de gastos mínimo e máximo previstos no ordenamento para saúde, educação e pessoal, expressando os resultados da atuação do governo”.

Ao abordar o item sobre gastos com a Educação, a relatora destacou que a Emenda Constitucional nº 119/22 afastou a responsabilização dos agentes públicos pelo não cumprimento da aplicação do mínimo de 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Isto ocorreu em decorrência do estado de calamidade pública provocado pela pandemia da Covid-19, no exercício em foco. Além disso, a Emenda dispôs que eventual diferença aplicada a menor deverá ser compensada até o exercício de 2023.

A relatora assinalou que Auditoria do TCM apontou que a PMSP alcançou o montante de **22,83%** para fins de cumprimento do limite mínimo acima citado, levando em consideração os termos definidos na Constituição Federal.

Apesar da excepcionalidade, a relatora entendeu a necessidade de que a matéria fosse tratada em autos apartados.

Veja sessão plenária:

https://www.youtube.com/watch?v=42zMf5Pu_KU

Fonte:

<https://portal.tcm.sp.gov.br/Pagina/48282>

SINDICALISMO PELO BRASIL



VII Congresso Nacional Conacate

Nos dias 3 e 4 de agosto, a Câmara dos Deputados em Brasília (DF) abrigará o VII Congresso Nacional da Confederação Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Conacate). O tema do Congresso será **“O Brasil que queremos”**.

A Palestra de abertura terá como tema: “Os impactos na Constituição Cidadã a partir de 2016 com a aprovação das PECs”.

Para conferir a programação completa, clique em

<https://www.conacate.org.br/congresso-conacate>

Palestra:

“Desafios para o movimento sindical nas Eleições 2022”

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público realizou palestra “Desafios para o movimento sindical nas Eleições 2022”, com Neuriberg Dias, Analista Político e Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), no dia 04/07, às 10 horas. O Sindilex participa da Frente Paulista, a qual reúne cerca de 80 sindicatos, associações e outras entidades representativas do funcionalismo público estadual.

Se perdeu assista em:

<https://facebook.com/frentepaulistaemdefesadoservicopublico>



SINDICALISMO PELO BRASIL

Palestra:

“Funpresp: Tudo o que você precisa saber”

No dia 30 de junho, a Pública Central do Servidor, central sindical a que o Sindilex é filiado, realizou debate sobre o futuro previdenciário dos Servidores Públicos, com o tema “Funpresp: Tudo o que você precisa saber”. No evento virtual, foram abordados temas como renda inicial, forma de atualização monetária, vitaliciedade dos institutos, formas de financiamento e participação e assuntos gerais.

Palestrantes:

- Cícero Rafael Barros Dias - Diretor de Seguridade da FUNPRESP
- Valmir Guimarães - Auditor Fiscal da Receita Estadual - ES

Mediação:

- Joaquim Goma - Técnico da Fazenda Estadual, diretor de Diretor de Previdência, Aposentados e Pensionistas da Pública e Tesoureiro adjunto do SITESP

OUTRAS ATIVIDADES SINDILEX

Auditoria Cidadã da Dívida protocola proposta legislativa pelo limite dos juros no Brasil

Auditoria Cidadã da Dívida protocolou na Comissão de Legislação Participativa da Câmara Federal a proposta legislativa que estabelece um teto limite dos juros no Brasil.

A coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, foi convidada pelo Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara, Pedro Uczai, para entregar pessoalmente a sugestão legislativa construída coletivamente sobre a limitação dos juros no Brasil.

A proposta legislativa, que pretende seja transformada em Projeto de Lei Complementar, foi apresentada no âmbito da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados (CLP) e da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado (CDH).

A matéria prevê que os juros não poderão ultrapassar o limite de 12% ao ano e, nesse limite, estão incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito.

Trata-se de medida urgente para frear os juros abusivos praticados pelos bancos e financeiras que tornam impraticáveis os investimentos produtivos, sugam a renda das famílias brasileiras e travam a economia.

O Núcleo São Paulo da Auditoria Cidadã da Dívida, que conta com a participação do Presidente do Sindilex, Daniel Santos, da Diretora de Comunicação, Sônia Alves e dos Vice-Presidentes, Miguel Lima e Marcos Alcyr, está divulgando esta campanha para conscientizar a sociedade sobre as graves consequências dessa prática de juros aviltantes que desindustrializa a economia, esteriliza a moeda, impede a criação de empregos e renda e joga os investimentos para o ciclo vicioso da especulação financeira

Leia a proposta legislativa completa da ACD e a matéria no link:

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/proposta-legislativa-para-projeto-de-lei-complementar-pelo-limite-dos-juros-no-brasil-21-06-2022/>

ARTIGOS

O Endividamento dos Servidores Públicos Brasileiros: armadilhas da expropriação salarial impulsionada pelo próprio Estado

Por Miguel Bruno e Denise Lobato Gentil

A acumulação de capital avança no Brasil provocando privatizações, desregulamentações em setores estratégicos e desmonte do Estado de Bem-Estar Social com o objetivo de criar oportunidades rentáveis sobretudo para empresas e agentes do setor financeiro. As pressões produzem deterioração das funções estatais em setores como saúde, educação, previdência, saneamento básico, transporte, energia e meio ambiente, os quais empregam a ampla maioria dos servidores. Este movimento é acompanhado de perto por corte de quadros e funções públicas, práticas de desqualificação, criminalização, congelamento nominal de salários, eliminação de direitos sociais,

afrouxamento da regulação e desautorizações públicas da ação do funcionalismo público. Este artigo procura demonstrar, com o uso de dados do Banco Central, que servidores, envolvidos nesse contexto decadente do Estado, não escaparam à lógica de endividamento galopante que atinge famílias brasileiras e alimenta os ganhos rentistas pautados em juros aviltantes. O assédio dos bancos com novos produtos financeiros, as facilidades proporcionadas por plataformas digitais e aplicativos de celulares e, por fim, a queda e/ou insuficiência do poder de compra desses trabalhadores aceleram o endividamento, tornando-os dependentes de custosos parcelamentos em cartões de créditos, empréstimos rotativos, cheque especial, empréstimo consignado e empréstimos pessoais. O resultado tem sido aumento preocupante da inadimplência, que produz efeitos sociais diferenciados ao atingir desigualmente os servidores por faixa de renda, afetando frontalmente os mais pobres e fragilizando a coesão da luta política no interior do funcionalismo.

Leia o artigo completo a partir da página 445 do Caderno “Dominância Financeira e Privatização das Finanças Públicas no Brasil” que você acessa pelo link:

<https://www.sindilex.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Domina%CC%82ncia-Financeira-e-Privatizac%CC%A7a%CC%83o-das-Financ%CC%A7as-Pu%CC%81blicas-no-Brasil.pdf>

Caderno Dominância Financeira e Privatização das Finanças Públicas no Brasil. Organizadores Rudnei Marques e José Celso Cardoso Júnior. Realização Fonacate

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais.